

## Adaptação, Adequação e Flexibilização de Arranjos para Pessoas com TEA no Grupo Musical Orquestra de Violoncelistas da Amazônia - Inclusiva

### Comunicação

#### GT12 -

#### Ensino de música, inclusão e anticapacitismo

*Thaynah Patricia Borges Conceição Pinheiro*

UFPA

[thaynahb@gmail.com](mailto:thaynahb@gmail.com)

*Rafaela Alcântara Barata*

UFPA

[rrafaelaalcantara@gmail.com](mailto:rrafaelaalcantara@gmail.com)

*Aureo Déo DeFreitas Junior*

UFPA

[aureo\\_freitas@yahoo.com](mailto:aureo_freitas@yahoo.com)

*Lorena Leão*

UFPA

[lorenaleao@gmail.com](mailto:lorenaleao@gmail.com)

*Davi Manoel Amorim do Nascimento*

UFPA

[Daviboss313@gmail.com](mailto:Daviboss313@gmail.com)

**Resumo:** O presente estudo investigou a importância das adaptações, flexibilizações e adequações de arranjos para pessoas com TEA no contexto do Grupo Musical Orquestra de Violoncelistas da Amazônia - Inclusiva. Com base nessas premissas, o presente artigo aborda os seguintes tópicos: uma breve definição e conceituação do Transtorno do Espectro Autista (TEA), bem como a inclusão de estudantes autistas no contexto de um grupo musical atuante em uma instituição pública de ensino musical. O objetivo deste estudo é apresentar as adaptações, adequações e flexibilizações de partituras musicais enquanto práticas psicopedagógicas aplicadas aos arranjos desenvolvidos por um grupo musical, tendo em vista que tais práticas visam contribuir para a inclusão dos estudantes no contexto artístico e educacional em que estão inseridos. Como subsídios teóricos, no que se refere a inclusão, buscou-se a Lei nº 12.764/12, e autores como Louro (2021,) que trata sobre autismo e educação musical e Capellini (2018), que trata sobre adaptações no contexto escolar. Neste

estudo transpõem-se a necessidade desta prática inclusiva no âmbito de uma instituição musical pública e mais precisamente da prática de orquestra, tão necessária para o futuro instrumentista. Como reflexão final, destaca-se a importância da adaptação, flexibilização e adequação nas práticas musicais e como se constituem em possibilidades educacionais de atuação frente às especificidades dos alunos autistas.

**Palavras-chave:** Orquestra, Autismo, Inclusão

## Introdução

Com o aumento significativo no número de diagnósticos de Transtorno do Espectro Autista (TEA), torna-se cada vez mais comum a presença de estudantes com essa condição em instituições públicas de ensino musical. Nesse contexto, é essencial compreender as especificidades do autismo e desenvolver estratégias pedagógicas eficazes para atender às demandas educacionais desses estudantes. A adoção de tais estratégias também contribui para a desconstrução de estigmas e preconceitos, promovendo a inclusão e ampliando as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento para todos os discentes, independentemente de suas características individuais.

Estima-se que cerca de 1% da população mundial seja diagnosticada com TEA, conforme dados da Organização das Nações Unidas (ONU). No Brasil, segundo reportagem publicada pelo Jornal da Universidade de São Paulo (USP) em março de 2018, aproximadamente uma em cada setenta crianças apresenta diagnóstico de TEA, com mais de 300 mil casos registrados apenas no estado de São Paulo. O número de diagnósticos tem aumentado expressivamente nos últimos anos. O TEA, conforme definido por Whitman (2015), é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por alterações significativas na comunicação e na interação social, bem como pela presença de comportamentos repetitivos e interesses restritos.

Diante desse cenário, no qual pessoas com deficiência vêm sendo progressivamente incluídas nas diversas instâncias educacionais por força da legislação vigente, torna-se recorrente a necessidade de implementar adaptações, adequações e flexibilizações que assegurem o acesso, a permanência e a formação desses educandos. As instituições públicas de ensino musical, por sua vez, devem igualmente assumir um compromisso com a inclusão, repensando seus métodos pedagógicos e investindo na formação continuada de seus

profissionais, com vistas à construção de um sistema de educação musical flexível, capaz de atender às necessidades individuais de cada estudante.

A inserção de um estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em um grupo musical demanda uma série de ações específicas que visem promover seu bem-estar e facilitar sua adaptação ao ambiente coletivo. Essas ações incluem, entre outros aspectos, possíveis ajustes na execução musical, os quais dependerão do nível de suporte necessário ao estudante com TEA, bem como de sua etapa de desenvolvimento no estudo do instrumento musical.

No âmbito da educação musical, especialmente no que se refere à execução musical em grupo, as adaptações, adequações e/ou flexibilizações podem ser compreendidas sob a nomenclatura de *arranjos*. De acordo com o *Dicionário Grove de Música*, o arranjo é definido como a “reelaboração ou adaptação de uma composição, normalmente para uma combinação sonora diferente da original” (Stanley, 1994, p. 43). O termo refere-se a um conjunto de práticas específicas aplicadas sobre uma obra musical preexistente, cuja configuração pode variar significativamente conforme o contexto estético, pedagógico ou performático em que se insere.

Flach (2014), ao investigar o conceito de arranjo, identifica sua natureza abrangente, destacando a flexibilidade inerente ao processo de elaboração musical. O arranjo, nesse sentido, permite uma maior liberdade na manipulação dos elementos estruturais de uma composição, tornando possível adequá-la a finalidades específicas, sobretudo aquelas voltadas ao processo de ensino-aprendizagem.

Com base nessas premissas, o presente artigo aborda os seguintes tópicos: uma breve definição e conceituação do Transtorno do Espectro Autista (TEA), bem como a inclusão de estudantes autistas no contexto de um grupo musical atuante em uma instituição pública de ensino musical. O objetivo deste estudo é apresentar as adaptações, adequações e flexibilizações de partituras musicais enquanto práticas psicopedagógicas aplicadas aos arranjos desenvolvidos por um grupo musical, tendo em vista que tais práticas visam contribuir para a inclusão dos estudantes no contexto artístico e educacional em que estão inseridos.

## O Grupo Musical Orquestra de Violoncelistas da Amazônia - Inclusiva

Originário de Belém do Pará, Brasil, o grupo musical em questão caracteriza-se por seu perfil inclusivo, reunindo, em práticas coletivas de formação artística, pessoas neuroatípicas e neurotípicas em um mesmo espaço educacional. Sua trajetória teve início em 1998 e, ao longo dos anos, passou por diferentes fases de estruturação até consolidar-se, a partir de 2017, como Orquestra de Violoncelistas da Amazônia - Inclusiva (OVAi), assumindo um posicionamento institucional claro em favor da inclusão de pessoas com deficiência e outros perfis neurodivergentes no contexto da educação musical.

Essas formações são resultado das atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Transtornos do Desenvolvimento e dificuldades de Aprendizagem, coordenado pelo Prof. Dr. Aureo Déo DeFreitas Junior. Entre os integrantes da OVAi, encontram-se Pessoas com Deficiência (PcD), incluindo músicos com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras condições neuroatípicas. Essa diversidade tem impulsionado o desenvolvimento e a aplicação de práticas psicopedagógicas voltadas à adaptação e à acessibilidade da linguagem musical, com o objetivo de assegurar a participação plena de todos os músicos.

A presença significativa de músicos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na orquestra evidencia a importância de aprofundar o conhecimento sobre as características desse transtorno, de modo a embasar, de forma sólida e sensível, as práticas psicopedagógicas adotadas. Tal abordagem será explorada com maior profundidade na seção a seguir.

### **Breves Definições e Conceitos do Autismo**

Conforme definido pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – Quinta Edição (DSM-5), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é classificado como um transtorno do neurodesenvolvimento, caracterizado por déficits persistentes na comunicação e na interação social, além da presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (APA, 2014). O DSM-5 estabelece critérios diagnósticos específicos organizados em duas categorias principais: (1) déficits persistentes na comunicação e interação social manifestados em múltiplos contextos e (2) padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades.

Posteriormente, o próprio DSM-5 introduziu a classificação do TEA em três níveis de suporte, definidos conforme a gravidade dos sintomas e o grau de assistência necessário para o indivíduo: Nível 1 – Necessitando de Suporte; Nível 2 – Necessitando de Suporte Considerável; e Nível 3 – Necessitando de Suporte Muito Considerável.

O diagnóstico do TEA, no entanto, nem sempre é de fácil realização, uma vez que se baseia predominantemente em avaliação clínica, por meio da observação direta do comportamento da criança, além da aplicação de entrevistas estruturadas ou semiestruturadas com os pais ou responsáveis. Os sinais do transtorno geralmente tornam-se evidentes até os três anos de idade, sendo possível, em determinados casos, estabelecer o diagnóstico a partir dos dezoito meses.

### **Inclusão e Autismo: adaptações, adequações e flexibilizações**

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), nº 13.146/2015, em consonância com a Lei nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana), assegura o direito à educação inclusiva para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), contemplando, entre outros aspectos, adaptações curriculares e ajustes específicos nas atividades escolares. A LBI determina que o poder público deve garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, promovendo adaptações razoáveis conforme as necessidades individuais dos estudantes.

Mittler (2003) destaca que a inclusão vai além da simples inserção dos alunos em escolas regulares, exigindo a transformação dessas instituições para que se tornem mais sensíveis e responsivas aos estímulos e demandas ambientais. Para que a inclusão seja efetiva, é imprescindível que a escola se adeque às especificidades dos alunos, e não o contrário. Nesse contexto, visando atender às múltiplas particularidades dos estudantes, foram implementadas adaptações curriculares que englobam estratégias metodológicas, atividades específicas e outras modificações pedagógicas pertinentes.

Nos estudos de Capellini (2018), as adaptações curriculares são também compreendidas como adequações, uma vez que ambos os conceitos envolvem mudanças fundamentais no currículo e na prática escolar, enfatizando “[...] a adequação de recursos, nas estratégias ou nas metodologias” (Capellini, 2018, p. 21), com o objetivo de garantir o acesso dos alunos com deficiência ao processo educativo. Adicionalmente, segundo o mesmo autor,

o termo flexibilização refere-se à concepção de um currículo dinâmico, construído por meio das experiências, que permite, de acordo com as dificuldades e potencialidades de cada indivíduo, a efetiva construção do conhecimento.

No âmbito da inclusão, os termos adaptação, adequação e flexibilização são frequentemente utilizados de forma indistinta, apesar de possuírem significados e aplicações distintas no contexto educacional. Conforme ressalta Fonseca (2011), torna-se imprescindível esclarecer as diferenças entre esses conceitos: a adaptação está voltada para serviços de caráter mais geral, como o apoio e a organização das instituições de ensino, implicando alterações no currículo para atender às necessidades específicas de cada aluno.

As adequações, por sua vez, envolvem atividades individualizadas que possibilitam o acesso ao currículo, mediante modificações nos conteúdos, objetivos, recursos e práticas pedagógicas. Já a flexibilização refere-se à elaboração e programação de atividades adaptadas para o ambiente da sala de aula, bem como à mudança de estratégias pedagógicas que não demandam alterações no plano curricular.

Nesse contexto, um dos principais desafios enfrentados pelos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) durante o processo de inclusão em instituições musicais públicas está relacionado às barreiras no acesso ao currículo, mesmo diante da obrigatoriedade da escola em assegurar o direito à educação inclusiva. Louro (2021) enfatiza que a utilização de estratégias pedagógicas diferenciadas, a seleção de materiais didáticos adequados e a adoção de um vocabulário acessível, combinados à aplicação de métodos musicais apropriados, configuram um conjunto de possibilidades capazes de favorecer e potencializar o processo de ensino-aprendizagem no contexto da educação musical inclusiva.

Uma das formas de promover adaptações, adequações e flexibilizações na educação musical, especialmente no que tange ao ensino do instrumento musical, é por meio da elaboração de arranjos. No que se refere especificamente aos arranjos com finalidade didática, Silva (2016) afirma que:

Enquanto o termo arranjo está relacionado a mudanças feitas nas estruturas de uma música, o termo didático está relacionado ao ensino ou é próprio dele, portanto o termo arranjo didático caracteriza-se pelas mudanças feitas nas estruturas de uma música com a intenção de ensinar conhecimentos para o desenvolvimento de habilidades e competências musicais (p.2).

À luz dessas definições, observa-se que o arranjo didático adquire identidade a partir da intenção pedagógica de seu elaborador, sendo direcionado a aplicações específicas vinculadas aos processos de ensino-aprendizagem, o que o torna instrumento diretamente aplicável para fins de inclusão.

Para assegurar a efetivação deste processo, o professor deve fundamentar suas práticas pedagógicas em distintas estratégias que mediem o processo de ensino-aprendizagem musical, de modo a atender às necessidades educacionais dos estudantes. Nesse sentido, é imprescindível reconhecer que os alunos com autismo possuem características singulares, tornando fundamental a busca contínua por meios, recursos e métodos adequados ao atendimento desse público específico.

## Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, com foco na análise das práticas psicopedagógicas de adaptação, adequação e flexibilização de arranjos musicais destinados à inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no grupo musical Orquestra de Violoncelistas da Amazônia - Inclusiva.

A pesquisa caracteriza-se como estudo de caso e pesquisa de campo, desenvolvida *in locus*, conforme Richardson (1999), que define a pesquisa de campo como aquela que busca levantar informações diretamente no ambiente onde o fenômeno ocorre, possibilitando analisar o problema em seu contexto real. Tal abordagem valoriza o estudo da realidade em sua totalidade, permitindo compreender como se constrói o processo de inclusão no âmbito de uma instituição pública de ensino musical.

A principal técnica de coleta e análise de dados consistiu na investigação do acervo de arranjos musicais adaptados, especificamente elaborados para o grupo musical. O foco da análise recaiu sobre os elementos técnicos e estruturais modificados para facilitar a execução coletiva, considerando a divisão entre vozes e níveis de dificuldade, de modo que todos os integrantes, incluindo estudantes com TEA, pudessem participar plenamente. Essa análise musical buscou identificar padrões de simplificação melódica, rítmica e harmônica, bem como alterações na tessitura, textura e instrumentação, entre outros aspectos pertinentes à inclusão e à facilitação do aprendizado e da execução.

Além disso, foram considerados os relatos orais do professor idealizador da prática inclusiva, registrados previamente e sistematizados em diários de campo, que forneceram informações complementares para a compreensão das intenções pedagógicas por trás das adaptações realizadas. Utilizou-se registros audiovisuais (fotografias, vídeos e áudios) relacionados às atividades do grupo, com o devido respeito às normas institucionais e éticas, contando com a aprovação prévia do Comitê de Ética responsável pela análise do projeto, conforme cadastro CAEE:80964424.0.0000.0018.

O lócus da pesquisa compreende o repertório musical utilizado nos ensaios do grupo, realizados na A Escola de Música da Universidade Federal do Pará, na Av. Conselheiro Furtado, 2007 - Nazaré, Belém - PA, 66040-100, na cidade de Belém - PA. Os ensaios ocorrem predominantemente às sextas-feiras, a partir das 18h, com possibilidade de horários estendidos entre 15h e 20h no mesmo dia, ou distribuídos no horário noturno ao longo da semana, especialmente em períodos de preparação para apresentações.

As atividades relacionadas ao repertório também foram contextualizadas a partir das apresentações do grupo em eventos como: Encontro de Arte, Educação e Inclusão da Fundação Cultural do Pará (2023); Encontro Anual da Rede Nacional Leopoldo de Meis de Educação e Ciência (2024); Colóquio Memórias, História e Educação em Artes: Caminhos e Desafios da Pesquisa (2024); I Encontro de Arte-Educação Inclusiva (2024); XIII Seminário Nacional sobre Trabalho e Educação: Trabalho e Educação na Amazônia, Reformas Educacionais e a Formação dos(as) Trabalhadores(as) (2024); e 52º Encontro de Artes de Belém (2025).

O grupo musical é composto por estudantes regularmente matriculados no curso técnico em música ou vinculados a um projeto de pesquisa desenvolvido na instituição musical pública vinculada à Universidade Federal do Pará. Reconhecida como referência na formação de músicos profissionais no estado do Pará, a instituição oferece anualmente vagas gratuitas para estudantes do ensino médio com conhecimento prévio em música, bem como oportunidades em cursos livres no âmbito de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

## **Como Ocorre a Adaptação, Adequação e Flexibilização de Arranjos para Pessoas com TEA no Grupo Musical Orquestra de Violoncelistas da Amazônia - Inclusiva**

Considera-se que, no âmbito do grupo musical Orquestra de Violoncelistas da Amazônia - Inclusiva (OVAi), são desenvolvidas de forma integrada práticas de adaptação, adequação e flexibilização curricular, com vistas a promover a inclusão efetiva de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). No que se refere às adaptações, foi necessário flexibilizar o currículo institucional de modo a atender às especificidades desses estudantes.

As adaptações curriculares, tanto no contexto educacional em geral quanto no interior de instituições públicas de ensino musical, podem ocorrer de diversas maneiras. Cabe ao professor compreender, em primeiro lugar, que cada estudante apresenta singularidades, sendo essencial conhecer suas habilidades, limitações e necessidades específicas. O planejamento e a implementação de adaptações curriculares eficazes para estudantes neuroatípicos representam um desafio crescente, sobretudo porque o autismo é um espectro que se manifesta de maneiras variadas, exigindo respostas pedagógicas diferenciadas e sensíveis a essa diversidade.

No contexto específico da OVAi, a principal estratégia de adaptação consistiu na elaboração de arranjos musicais específicos, concebidos para atender às necessidades de inclusão dos estudantes autistas. A proposta pedagógica centra-se na execução musical possível, priorizando a viabilidade performativa das ideias musicais em detrimento da complexidade técnica convencional. Assim, os arranjos são utilizados como ferramentas didáticas que, além de favorecerem o desenvolvimento musical, possibilitam que estudantes com TEA participem ativamente de práticas de conjunto e experiências com palco e público – componentes essenciais na formação artística e musical.

Importa destacar que os estudantes expostos aos processos de execução musical descritos já se encontravam vinculados ao professor responsável pela classe, seja como alunos regulares do curso técnico, seja como participantes de projetos de pesquisa e extensão. Todos eles já haviam passado por etapas iniciais de musicalização e domínio das habilidades básicas no instrumento violoncelo. Conforme a demanda individual de cada estudante, os arranjos são transpostos para viola ou violino, sempre que necessário, ainda que a maioria dos integrantes

com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no grupo esteja vinculada ao estudo do violoncelo. As adaptações implementadas, portanto, foram pensadas de forma específica para esse grupo, com base na observação sistemática de suas potencialidades e necessidades.

Nesse sentido, serão apresentados a seguir exemplos práticos de arranjos elaborados para esse contexto, representados nas Figuras 1 e 2. Ressalta-se que a exposição desses materiais não tem por objetivo realizar uma análise musicológica exaustiva dos elementos formais e estilísticos da obra, mas sim refletir sobre a dimensão didática e adaptada da construção dos arranjos, com foco na execução possível por parte do aluno autista, como forma de inclusão prática no contexto orquestral.

Os arranjos em questão são elaborados pelo professor responsável com a colaboração de dois bolsistas de Iniciação Científica do Ensino Médio, vinculados ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-EM). A atuação dos bolsistas é de fundamental importância para o desenvolvimento e aplicação dos arranjos, uma vez que envolve o estudo das dificuldades enfrentadas por pessoas com TEA, a identificação de suas particularidades e a seleção criteriosa da voz instrumental mais adequada à sua execução. Entre as estratégias pedagógicas utilizadas, destacam-se: a decisão pelo uso ou não do arco, a facilitação de linhas melódicas, o trabalho com dinâmicas adaptadas e a prática em conjunto, que antecede a integração ao conjunto completo do grupo, feito em ensaios gerais.

As peças apresentadas a seguir (Figuras 1 e 2) correspondem aos compassos iniciais dos arranjos elaborados para duas composições adaptadas: uma musette, inspirada em temas atribuídos a Johann Sebastian Bach, representante do período Barroco (aproximadamente 1600–1750), e a melodia “Ode to Joy”, baseada na célebre “Ode à Alegria” de Ludwig van Beethoven, pertencente ao período Clássico-Romântico (aproximadamente 1770–1827). A escolha dessas obras, oriundas de períodos distintos da história da música ocidental, foi deliberada, com o intuito de proporcionar aos estudantes experiências pedagógicas variadas, tanto em termos de linguagem musical quanto de abordagem técnica e estética.

Esses arranjos foram elaborados com base em princípios da educação musical inclusiva, contemplando uma série de aspectos didáticos cuidadosamente ajustados para atender à heterogeneidade do grupo. A diversidade de níveis técnicos entre os estudantes foi considerada na construção das vozes instrumentais, que foram organizadas de maneira

escalonada, desde linhas melódicas principais até acompanhamentos harmônicos simplificados, permitindo a participação ativa de todos, inclusive daqueles com proficiência iniciante no instrumento.

Os arranjos também incorporam elementos facilitadores, como a inserção de dedilhados indicativos, ajustes na tessitura para melhor adequação à extensão dos instrumentos dos alunos, e a possibilidade de execução com ou sem o uso do arco, respeitando as habilidades motoras específicas dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Foram incluídas, ainda, estruturas rítmicas regulares e previsíveis, que contribuem para a memorização e segurança durante a prática coletiva.

Figura 1: Primeiros compassos da peça “Musette”

1

## Musette

J. S. Bach  
Adaptação: Lorena Leão e Davi Amorim (Bolsistas PIBIC)

$\text{♩} = 108$

Cello 1

Cello 2

Cello 3

Cello 4

Sol Sol Sol Sol Sol Ré Ré Sol Sol Sol Sol Sol

Fonte: Acervo do Grupo Musical Orquestra de Violoncelistas da Amazônia – Inclusiva (2025)

Figura 2: Primeiros compassos da peça “Ode to Joy”

1

## Beethoven

### Ode to Joy

Edição: Lorena Leão (Bolsista PIBIC)

$\text{♩} = 80$

Cello 1

Cello 2

Cello 3

Cello 4

Cello 5

Fonte: Acervo do Grupo Musical Orquestra de Violoncelistas da Amazônia – Inclusiva (2025)

A análise das Figuras 1 e 2 permite identificar, de forma clara, as estratégias de flexibilização aplicadas ao arranjo, com o objetivo de possibilitar a execução por estudantes com menor domínio técnico-instrumental. Para fins ilustrativos, optou-se por apresentar duas vozes contrastantes: o Cello 1, que transcreve a melodia principal (função solista), e o Cello 4, que cumpre papel de acompanhamento e foi concebido com base em uma adequação pedagógica.

Observa-se que o arranjo foi elaborado com o propósito de adaptar as exigências técnicas da peça musical, considerando as habilidades específicas dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O professor e coordenador do grupo, ao conhecer o perfil dos integrantes, avaliou que determinados alunos com TEA enfrentariam dificuldades para desempenhar a função atribuída à primeira voz, e, por esse motivo, criou-se uma alternativa mais acessível em vozes inferiores, preservando a participação ativa dos mesmos no conjunto.

Ressalta-se, ainda, que a edição das partituras foi cuidadosamente adaptada, incluindo a indicação nominal das notas musicais e outras anotações auxiliares, com o intuito de favorecer a leitura e a execução por parte dos estudantes que apresentam dificuldades nessa dimensão do processo de aprendizagem musical. Tal prática reflete uma preocupação em assegurar que todos os integrantes da orquestra participem integralmente do repertório, promovendo, assim, o pertencimento e a equidade no contexto da prática coletiva.

A democratização do acesso à educação musical inclusiva, neste contexto, concretiza-se por meio da aplicação de arranjos que incorporam elementos de adaptação, adequação e flexibilização. As estratégias têm se mostrado recursos eficazes na promoção da inclusão de estudantes com TEA na instituição musical pública, à medida que respeitam a singularidade dos sujeitos e ampliam as possibilidades de participação artística.

Por fim, é fundamental reconhecer que esta prática constitui um componente essencial na formação do estudante desse instrumento. O envolvimento com a preparação de apresentações musicais proporciona o desenvolvimento de múltiplas competências técnicas, cognitivas, sociais e afetivas que, aliadas ao repertório teórico e à vivência coletiva, fortalecem o processo de inclusão por meio da música. O estímulo à cooperação, à escuta mútua e à

responsabilidade compartilhada contribui significativamente para o crescimento musical e humano dos estudantes, especialmente daqueles em condição neuroatípica.

## Considerações Finais

Por meio das reflexões apresentadas neste estudo, evidenciou-se a relevância do fazer musical inclusivo enquanto prática psicopedagógica no contexto do grupo musical analisado. Importa destacar que a investigação não se pautou por uma análise técnico-musical ou musicológica estrita, mas concentrou-se na perspectiva pedagógica subjacente ao processo de elaboração dos arranjos musicais. Estes foram compreendidos como recursos fundamentais para a promoção da inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), buscando elucidar de que forma tais arranjos se configuram como instrumentos didáticos eficazes.

Nesse sentido, confirma-se que, no âmbito da educação inclusiva, as adaptações curriculares configuram-se como mecanismos essenciais para garantir o acesso à aprendizagem, enquanto as flexibilizações viabilizam a adequação do currículo às necessidades específicas do estudante autista. A efetividade dessas práticas está condicionada à construção constante e dinâmica de experiências pedagógicas adaptadas, as quais consideram as particularidades individuais e favorecem o desenvolvimento da aprendizagem musical de maneira eficiente e alinhada às exigências e potencialidades de cada educando.

Finalmente, ressalta-se que a ampliação e o aprofundamento desta linha de pesquisa são imprescindíveis para o avanço e o aprimoramento das práticas psicopedagógicas no âmbito da educação musical. Tal ampliação contribuirá para a sistematização de conhecimentos teóricos e práticos, bem como para o fortalecimento das estratégias pedagógicas, garantindo maior eficácia no processo de inclusão e promovendo uma educação musical verdadeiramente equitativa.

## Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – APA. *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-5*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL, *Lei nº 12.764* de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista. Presidência da República, Casa Civil.

BRASIL, *Nota Técnica nº 24* de 2013 – Secadi – Orientação ao Sistemas de Ensino para a Implementação da Lei nº 12.764 (Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista).

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Filho. *Adaptações curriculares na inclusão escolar: contrastes e semelhanças entre dois países*. Curitiba: Appris, 2018.

FLACH, Gisele Andrea. Piano em grupo: arranjos elaborados a partir de alternativas pedagógico-musicais. *Revista da Funarte*, ano 14, n. 27, p.19-32, 2014.

LOURO, Viviane dos Santos. *Educação Musical, autismo e neurociências*. Ed. 1. Curitiba: Appris, 2021.

MITTLER, Peter. *Educação Inclusiva: contextos sociais* Artmed, 2003.

OLIVIER, Lou. *Distúrbios de aprendizagem e de comportamento*. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

RICHARDSON, Roberto J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

SADIE, Stanley. *Dicionário Grove de Música*. Editora Zahar, 1994.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Diagnóstico de autismo ficou mais fácil e mais frequente. *Jornal da USP*. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/diagnostico-de-autismo-ficou-mais-facil-e-mais-frequente/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

WHITMAN, Thomas. *O desenvolvimento do autismo*. São Paulo: M. Books, 2015.